

Sexualidade e Reprodução*

MARIA ANDRÉA LOYOLA**

Introdução

As relações entre sexo (sexualidade) e reprodução (biológica e social) são tão estreitas e imbricadas que se torna difícil iniciar qualquer estudo sobre práticas sexuais e formas de união dos sexos sem considerá-las.

Por ser a reprodução humana ainda considerada um processo eminentemente biológico ou *natural*, que se efetivaria de modo externo às relações sociais, a interferência do social nesse processo tem sido relegada a um plano secundário ou, mais frequentemente, deixada na sombra.

Assim, a reprodução humana tem sido objeto de estudo principalmente das ciências médicas e biológicas e limitada, em termos de prática reprodutiva, aos processos de gestação-parto-aleitamento e contracepção, dando-se a inter-

* Este texto resulta de reflexões motivadas pelos resultados da pesquisa "Homogamia, representações e expectativas em torno do amor, do casamento e reprodução social", realizada em 1988 na cidade do Rio de Janeiro com o patrocínio da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Colaboraram nessa pesquisa, em todas as suas fases, Bárbara Musumeci Soares e Marilena Cordeiro Dias Villela Corrêa. Ele foi apresentado na sessão "Trends in marriage, cohabitation and sexual behavior" da Conferência el Poblamiento de las Americas, realizada em Vera Cruz (México) de 18 a 23 de maio de 1992.

** Professora do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ferência do social através do controle tecnológico sobre a “natureza”, isto é, o processo biológico de concepção e contraceção.

Já para a demografia, outra disciplina que tem se ocupado do processo reprodutivo, a idéia de controle assume a forma de limitação da população, mais especificamente limitação da fecundidade (natural e dirigida).¹ Esquece-se, no geral, que por esse processo reproduzem-se não indivíduos abstratos, mas pessoas alocadas em posições sociais historicamente construídas. Assim, a reprodução biológica das populações humanas é inseparável e, em grande parte, determinada pela reprodução da sociedade ou dos sistemas sociais como um todo.

Controle social, reprodução e sexualidade

De fato, ao contrário do que se supõe ainda hoje, as sociedades organizam e intervêm nos diferentes momentos do processo reprodutivo, desde a organização social do coito, da gravidez, do parto e da amamentação, ao número e à socialização das crianças, sendo todos os momentos da seqüência reprodutiva um terreno possível de decisão, de gestão e de conflito.

Os aspectos que comandam a organização desses diferentes momentos estão relacionados com as formas de organização social, a divisão sexual do trabalho, os sistemas de representação e, em particular, as concepções acerca das formas das relações entre os sexos. Dependendo da configuração desses aspectos num dado momento, é possível falar mesmo em diferentes sistemas ou diferentes modelos de reprodução, como veremos a seguir.

Tabet,² por exemplo, mostra como o controle social³ do processo reprodutivo apóia-se na organização sexual biológica específica da espécie humana:

1 Admite-se assim, como aponta Paola Tabet, um tratamento social mínimo da reprodução, para quem esta dicotomia — fecundidade natural e dirigida (controlada) — é uma construção ideológica que permite esvaziar as relações de poder e de sexo da análise da reprodução, eliminar os homens e fazer da fecundidade um problema exclusivamente das mulheres, e mesmo da idade das mulheres. TABET, P., “Fertilité naturelle, reproduction forcée”. In: *L'Arraînement des Femmes*, Cahiers de l'Homme, Paris, EHESS, 1985.

2 TABET, P., *op. cit.*

3 Alguns trabalhos na área da antropologia e da sociologia já se referiam ao caráter performativo da sociedade em relação ao próprio corpo humano. Conferir especialmente os estudos de Marcel Mauss, “As técnicas corporais”, in: MAUSS M., *Sociologia e Antropologia*, Vol. II. São Paulo, EPU/EDUSP, 1976; RODRIGUES J.C., *Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983; BERGER P. & Luckman T. *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes, 1973.

sua relativa infertilidade e as características singulares da sexualidade das fêmeas humanas, nas quais a pulsão sexual é induzida por uma regulação hormonal ligada à procriação. A pulsão sexual é intermitente, e não cíclica ou sazonal como nos outros mamíferos. Por outro lado, o momento da fertilidade não tem sinalização (manifestação externa) e não é indicado por uma intensidade particular da pulsão sexual.

Assim, o casamento não é somente a instituição que estabelece a aliança pela troca de mulheres, liga homens e mulheres pela divisão do trabalho, legitima a criança fornecendo-lhe uma mãe e um pai social e comanda o destino (alocação social) das crianças. Ele é, antes de tudo, a instituição que garante uma permanente exposição ao coito, portanto uma permanente exposição ao risco de gravidez. Se o casamento representa potencialmente o lugar optimal de exposição permanente das mulheres à fecundação, isto não se dá sem um aparelho complexo (e variável) de pressão ideológica e de constrangimentos físicos e psíquicos.⁴ conseqüência radical desse divórcio entre sexualidade e reprodução, já esboçado nos primatas superiores e que atinge seu desenvolvimento máximo na espécie humana, é a expansão possível de uma sexualidade que, tendo cortado toda relação necessária com a reprodução, é teoricamente aberta a qualquer expressão; uma sexualidade extremamente flexível, não dominada pela distinção de sexo, tendencialmente indiferenciada e múltipla em suas formas e em seus objetos.⁵ Baseando-se em sociedades primitivas, Tabet

4 Alguns autores vêem essa especificidade biológica da espécie humana como dando origem ao próprio mecanismo de aliança e, portanto, da sociedade humana. (Jacques RUFFIE, *O Sexo e a Morte*. Rio, Nova Fronteira, 1988; e ROBIN Fox, "As condições da evolução sexual". In: *Sexualidades Ocidentais*, São Paulo, Brasiliense, 1986). Segundo Fox, as circunstâncias em que se desenvolvem hoje os relacionamentos sexuais e o processo reprodutivo representam uma reafirmação do modelo inventado pelo *Homo sapiens* de *iniciação* e da *aliança*, que deverá ser respeitado enquanto a produção de novas gerações depender do controle das relações sexuais. Para ele, conferir à desarticulação contemporânea da família nuclear um caráter patológico significaria tomá-la como ponto de partida, quando na verdade ela não é senão manifestação de um modelo que a antecede.

5 Ao que tudo indica, Tabet refere-se ao conceito freudiano de pulsão. De fato, este é marcado pela referência ao campo psicanalítico. Em Freud, o conceito de pulsão aponta para uma ligação fundamental entre o nível somático e o psíquico. A pulsão seria o representante mental de processos somáticos. Dentre os vários aspectos da pulsão (fonte, força, objetivo, deslocamentos e objeto), o objeto é para Freud o que há de mais variável na pulsão, não havendo entre ambos nenhuma ligação original. A relação estabelecida entre pulsão e objeto se deve unicamente à exigência de satisfação pela pulsão, sendo a escolha do objeto determinada pela história de cada um, não havendo portanto ligação natural (constitucional) entre ambos. [FREUD S., "Pulsions et destins des pulsions". In: *Metapsychologie*. Paris, Folio-Gallimard, 1968, pp. 11-44.

exemplifica algumas respostas sociais dadas ao problema colocado por uma sexualidade que não obedece a uma organização cíclica hormonal, mas a uma organização em que os elementos sócio-afetivos ganham em importância sobre os comportamentos estritamente bio-reprodutivos.

Todas as sociedades orientam essas dissociações, distinguindo os casos (parceiros, momentos etc.) nos quais a reprodução é admitida (ou mesmo exigida) e aqueles em que a sexualidade não deve levar à procriação; orientem também as múltiplas formas que limitam as potencialidades polimorfas da sexualidade humana e as canalizam para a heterossexualidade e a reprodução obrigatória.

Uma das formas institucionais de dissociação entre sexualidade reprodutiva e não reprodutiva é o que Tabet chama de *separação vertical*, ligada às sociedades hierárquicas e às sociedades de classe: a sexualidade de reprodução para as esposas e a heterossexualidade não reprodutiva para as cortesãs.⁶ A antinomia entre procriação, de um lado, e desejo e conduta erótica, de outro, é nítida. O casamento não tem por objeto o prazer, mas a procriação de crianças legítimas. Esta distinção é válida apenas para os homens, na medida em que eles podem ter uma sexualidade não reprodutiva fora do casamento. Para os homens, a norma é uma bissexualidade guerreira, sexualidade que mesmo antes do cristianismo tende a se transformar em sexualidade de reprodução; para as mulheres, um papel de submissão passiva ao prazer dos homens.⁷

Uma segunda forma de dissociação entre sexualidade e reprodução é a separação entre as idades da vida, que Tabet associa a uma *divisão horizontal*. Uma se situa em torno da puberdade e pode, segundo as sociedades, ser dedicada a uma sexualidade mais ou menos livre. Na sociedade ocidental, esta liberdade é válida apenas para os homens, pesando sobre as mulheres uma interdição rigorosa. O outro período é caracterizado por uma sexualidade conjugal com fins reprodutivos.

Essas e outras diferentes intervenções sobre a sexualidade, visando a produzir um organismo feminino especializado na reprodução, constituem para

6 Heterossexualidade porque este modelo deve ser exercido mesmo quando não diretamente ligado à reprodução. A função da prostituição regulamentada é de canalizar a sexualidade extraconjugal e de mantê-la conforme a natureza [CORBIN A., *Les filles de Noce: misere sexuelle et prostitution*. Paris, Flammarion, 1982, citado por Tabet).

7 A oposição pertinente para os homens — na sociedade romana, por exemplo — não é aquela entre amor das mulheres ou amor dos homens, mas aquela entre atividade e passividade e aquela entre liberdade amorosa e conjugalidade exclusiva. Ser ativo é ser macho, independentemente do sexo do parceiro. Já a mulher é passiva por definição. [VEYNE, P., “A homossexualidade em Roma”, in: *Sexualidades ocidentais*. Rio, Brasiliense, 1985].

Tabet a maior transformação e a mais complexa das condições biológicas da reprodução; correlativamente, trata-se da mais forte e mais complexa manipulação das condições biológicas da sexualidade humana.

A sexualidade nas sociedades ocidentais modernas

Uma ampla ainda que indireta, literatura, a respeito do assunto nos permite detectar algumas transformações nesse modelo de controle da sexualidade que, embora recentes, apontam na direção de um novo modelo reprodutivo e de controle da sexualidade.

Em termos de tipos ideais, é possível pensar, por exemplo, num modelo baseado no sistema de alianças e em normas estritas de homogamia, no amor conjugal, na indissolubilidade dos laços matrimoniais, numa rígida divisão de trabalho entre os sexos e num rígido controle da sexualidade feminina, na submissão jurídica e social da mulher ao homem, na identidade familiar, na contracepção apoiada na idade ao casar e completamente dependente do intercurso sexual; e em outro, baseado na escolha individual do cônjuge, em normas relativamente mais flexíveis de homogamia, no amor-paixão, na possibilidade de divórcios e separações frequentes, numa divisão de trabalho pouco rígida entre os sexos,⁸ na liberação (e mesmo valorização) da sexualidade feminina, na igualdade jurídica e social entre os sexos, na identidade individual, no controle tecnológico da contracepção que, no limite, pode dispensar o intercurso sexual para fins reprodutivos.

Tomando como parâmetro o arrazoado de Tabet, anteriormente descrito, podemos dizer que uma dessas mudanças é representada pelo rompimento, no nível ideológico, da associação entre sexualidade e reprodução, que, como vimos, constitui um corolário dessa dissociação no nível biológico. A sexualidade da mulher não está mais inteiramente subordinada à reprodução. Embora a separação entre as idades da vida permaneça, a interdição sexual para a mulher antes do período reprodutivo perde importância.

Também permanece a divisão entre esposas e prostitutas, mas cada vez mais estas últimas se distinguem exclusivamente pelo caráter mercantil de seus serviços, em oposição às trocas livres comandadas pelo prazer. As práticas

8 Embora o modelo tradicional de divisão de trabalho entre os sexos ainda predomine, com menos força na esfera social e mais fortemente na esfera doméstica, as mudanças são significativas. E mesmo nos países menos desenvolvidos, onde a influência do modelo patrimonialista ainda se faz sentir. [LOYOLA M.A. e ABUJANRA M., *A divisão sexual do trabalho*. Cadernos do Cebrap, Nova Série, nº 4(4):1-148, 1985.

sexuais autonomizadas se tornam, como afirma Pollak, mensuráveis, isto é, podem ser objeto de cálculos racionais quanto à finalidade, apoiadas numa contabilidade do prazer que tem como unidade de base o orgasmo.⁹ E, como mostra Foucault, a sexualidade torna-se constitutiva da própria subjetividade, uma subjetividade que toma a forma de busca pela verdade, relegando para a distância uma ética sexual centrada na economia dos atos e de domínio público.¹⁰ A busca do prazer toma a forma de busca da verdade, substituindo a busca da felicidade do século XIX. Uma nova escravidão, segundo Sennett, substitui a moral repressiva do século XIX, e a rebeldia contra a repressão sexual significa, simultaneamente, uma rebeldia contra a idéia de que a sexualidade possui uma dimensão social. Assim, sexo e amor são lançados na esfera intimista da individualidade.¹¹

O homossexualismo masculino, por exemplo, antes definido pela oposição passivo/ativo, passa a ser definido pela opção pelo mesmo sexo, fundada numa natureza mais cultural do que propriamente biológica, excluindo assim uma parte dos homens das tarefas reprodutivas. Segundo Pollak, a relação homossexual possibilita combinar a satisfação das necessidades sexuais e afetivas sem o ônus das pressões inerentes à vida conjugal. Nesse sentido, a imagem do homossexual masculino teria um papel simbólico importante no processo de mudança de estilos de vida na sociedade moderna. É o que afirma também, de certo modo, Philippe Ariès, quando discute o simbolismo que cercou a imagem do homossexual.¹² Ariès constata a transformação do modelo efeminado e pueril, que predominava nos séculos XVIII e XIX e mesmo no início do século XX, num modelo de virilidade que o homossexual passa a encarnar contemporaneamente. A tolerância para com a homossexualidade estaria, segundo o autor, associada às mudanças nas representações sobre os sexos, e a sociedade como um todo tenderia a se adaptar com maior ou menor grau de resistência ao modelo homossexual. O obscurecimento das diferenças entre os sexos, ou seja, o intercâmbio de papéis experimentado na sociedade, encontraria na homossexualidade — precisamente em sua configuração viril

9 POLLAK M., "A homossexualidade masculina, ou a felicidade no gueto?" In: *Sexualidades ocidentais, op. cit.*

10 FOUCAULT M., "O combate da castidade". In: *Sexualidades ocidentais, op. cit.*, e *História da sexualidade I — a vontade de saber*, Rio, Graal, 1979.

11 SENNETT R., *O Declínio do homem público — as tiranias da intimidade*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

12 ARIES P., "Reflexões sobre a história da homossexualidade". In: *Sexualidades ocidentais, op. cit.*

— um exemplo significativo. Estaríamos então vivendo numa *société unisexe*, de cujas marcas o próprio corpo feminino seria portador.

O democratismo e a idéia de igualdade entre os sexos penetram a esfera doméstica, engendrando uma constante negociação dos conflitos que correntemente assumem a forma de luta por espaço. Neste contexto, pode-se falar, como aponta J.C. Kauffman, em uma disputa pelo poder como uma tendência que se contrapõe ao “esquecimento de si” que o universo doméstico oferece, sobretudo para a mulher.¹³ Os laços conjugais se fragilizam e sua continuidade é rompida, não obstante a vontade em contrário dos parceiros. A noção de tempo longo, necessária à continuidade dos laços conjugais é substituída pela de *tempo fugaz* ou pela noção de *intensidade*, como bem traduz o poeta Vinícius de Moraes: “Que não seja eterno posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure.”

O modelo de relacionamento conjugal passa a ser então o das uniões livres (coabitação de parceiros não casados) que Françoise Battagliola define como um meio de transcender às normas socialmente prescritas e deslocar os termos das trocas entre os sexos.¹⁴ A coabitação teria, sobretudo para a mulher, o sentido de driblar, de reordenar a divisão sexual do trabalho e as posições simbólicas que lhe são associadas. Ela pode, ou não, representar uma etapa de transição para o casamento, mas num contexto em que a escolaridade, assim como a própria adolescência, se prolongam e proporcionam um espaço maior de negociação, não só entre as gerações mas também, e sobretudo, no interior da própria unidade familiar. A tensão entre complementaridade e subjetividade, de que fala Kaufmann, recebe nesta forma de união um tratamento particularizado. Sem que se desfça a aliança, a esfera da individualidade parece estar contemplada nesta recusa (provisória ou não) em fixar papéis determinados, na manutenção dos projetos individuais, na conservação das redes de relações de cada cônjuge e na liberdade sexual que a coabitação parece permitir.

Analisando o casamento extraconjugal ou a coabitação contemporânea, André Bejin sugere que essa forma de relação pode indicar uma tentativa, ainda que problemática, de reunir os traços da vida conjugal e das uniões extraconjugais que remetiam, até o século XVIII, a concepções distintas do que seria o amor.¹⁵ O *amor conjugal* e o *amor paixão* que se opunham radicalmente, segundo os historiadores que se ocuparam do assunto, estavam circunscritos às

13 KAUFMANN J.C., *Le chaleur du Foyer, analyse au repli domestique*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1988.

14 BATTAGLIOLA F., *La fin du mariage*, Paris, Syros/Alternatives, 1988.

15 BEJIN A., “O casamento extraconjugal nos dias de hoje.” *Sexualidades ocidentais. op. cit*

distintas esferas do casamento e do adultério ou da prostituição, respectivamente. As marcas de um e de outro tipo de relação amorosa estariam presentes nos dias de hoje — nessa modalidade de “casamento extraconjugal” — sob vários aspectos: na duração potencial da vida em comum, onde tudo se passa como se a duração fosse renegociada todos os dias pelos parceiros; na consagração relativa de que desfruta esse tipo de união, na heterogamia relativa que a busca do prazer e o medo do tédio e da solidão permitem; na diferenciação das funções da vida em comum, que produz um misto de igualdade e complementariedade, na exigência relativa de fidelidade; no exagero e no comedimento simultâneos na expressão dos sentimentos; na ambigüidade diante da fecundidade etc. Esse modo de vida, segundo Bejin, teria, além disso, um poder de contágio, verificável no próprio comportamento dos recém-casados. Ou seja, a coabitação imprime suas marcas no próprio casamento, que passa a expressar também certas ambigüidades que a constitui, como o desejo de adiamento do primeiro filho, ou uma certa tolerância com relação a infidelidades passageiras.

Mas, para Bejin, a coabitação também estaria próxima do modelo do relacionamento homossexual em que se procura, no outro, o outro e a si mesmo. O desejo de somar igualdade e complementariedade produziria a busca da figura perfeita e autárquica, cujo modelo mais próximo é muito bem representado pelo andrógino.

As idéias até aqui expostas — sem a preocupação de estabelecer as articulações necessárias, mas com o único intuito de agrupá-las, como dissemos, enquanto traços incompletos de tipos ideais que sirvam de guia para a análise — apóiam-se sobre fenômenos estruturais já suficientemente conhecidos. Entre eles, destaca-se a liberação da força de trabalho pelo mercado e a incorporação da mulher no sistema produtivo, desmanchando os laços comunitários, introduzindo um modelo individualizante e abalando os alicerces da complementariedade entre os sexos e da divisão sexual do trabalho que restringe a mulher à esfera doméstica. Do ponto de vista tecnológico, poderíamos acrescentar ainda a verdadeira revolução representada pela pílula anticoncepcional e, mais recentemente, pela inseminação artificial e pela reprodução *in vitro*, permitindo desvincular não somente sexualidade (enquanto domínio do prazer) e reprodução, mas o próprio sexo e este processo.

É possível falar em um novo sistema de reprodução?

Uma das transformações mais importantes ocorridas no sistema de reprodução das sociedades ocidentais contemporâneas é, como assinalou Bourdieu, o peso crescente do capital escolar, relativamente ao capital econômico.¹⁶

A passagem de um modo de reprodução à dominância econômica para um outro à dominância escolar tornou possível o casamento amoroso baseado na escolha individual, sem pôr em risco as funções desempenhadas pelo sistema de alianças para a reprodução social.¹⁷ De fato, ao contrário do capital econômico, o capital cultural é incorporado; ele faz parte integrante da pessoa e torna-se invisível. As condições de um amor louco e ao mesmo tempo razoável são assim reunidas; uma mulher e um homem podem apaixonar-se segundo suas idiossincrasias ou de acordo com seu “desejo individual” e se casar sem risco social. Sua estima recíproca está fundada, sem que eles o saibam, sobre valores culturais próximos. Não há, pois, nenhuma necessidade de arranjos exteriores; o sentimento de ambos é suficiente para garantir um equilíbrio entre capital masculino e capital feminino. A lógica amorosa não contradiz a lógica social; a primeira redobra a segunda numa sociedade em que o capital cultural domina.

Numa óptica diferente, Tabet faz uma articulação interessante entre relações de reprodução. Se, por um lado, ela pode conduzir a um certo reducionismo economicista, de outro ajuda a explicitar alguns aspectos desse processo mais amplo de transformação no sistema de reprodução ou de constituição de um novo sistema.

Ela define a procriação como um *trabalho* que, à maneira do trabalho intelectual, se cumpre no interior do corpo humano, e o processo reprodutivo como um *processo de produção* que implica a exploração da mulher e a apropriação social de seu corpo e mesmo de sua pessoa através do casamento.

16 Cf. BOURDIEU P., “Avenir de classe et causalité du probable”. *Revue Française de Sociologie*, XV, 1, 1974 e BOURDIEU P., SAINT-MARTIN M. de — “Le patronat”, in: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 20-1978, p. 3-82.

17 Como chama atenção Singly essa transformação tem sido frequentemente esquecida por aqueles, como Shoter, que vêm na conciliação entre amor e casamento, ocorrida no Ocidente a partir da metade do século XVIII, o sinal de uma transformação das funções do casamento: os casamentos não são mais arranjados porque sua função não é mais a de garantir a continuidade social das gerações a de permitir o apaziguamento afetivo dos cônjuges. [SINGLY, François de. *Fortune et infortune de la femme mariée*, Paris, PUF, 1987, p. 185, SHORTER E., *Naissance de la famille moderne*, Paris, Le Seuil, 1977, pp. 551-583. Citado por SINGLY].

Segundo ela, relações de produção e relações de reprodução humana seguiriam linhas de evolução paralelas e estruturalmente homólogas. Nos dois casos, evolução técnica e evolução das relações sociais estão imbricadas.¹⁸

A transformação das relações de reprodução, em curso nas sociedades industrializadas, mostra bem esse paralelismo. Assistimos a um fenômeno sob certos aspectos muito próximo do que se produziu na formação do capitalismo; a passagem das relações de escravismo, de apropriação direta do trabalhador, às relações capitalistas de produção, em que o trabalhador é livre. Uma evolução análoga se passa nas relações de reprodução, ou seja, a passagem da apropriação privada da reprodutora no laço de dependência pessoal, constituído pelo casamento, à emergência atual de relações nas quais a apropriação global da reprodutora não é condição *sine qua non* da reprodução. Tal como a evolução técnica, a transformação das relações de reprodução é gradual e não se dá no mesmo momento para as diferentes fases do ciclo reprodutivo. Assim, o aleitamento vem primeiro e sofre uma evolução técnica que leva, no limite, à “liberação” do seio, à transferência da lactação para uma produção completamente exterior ao corpo.

O aluguel do útero, por sua vez, pode ser visto como caso extremo de uma lógica mercantil que atinge o domínio mais privado da vida pessoal. Trata-se de uma venda, na qual a força de procriação é trocada da mesma maneira que a força de trabalho, isto é, por seu próprio possuidor. O aluguel do útero é, segundo Tabet, a ponta emergente de um *iceberg*, a parte visível de um processo de esboroamento das estruturas sólidas que controlaram a reprodução durante séculos.

Um outro fenômeno mais geral desse processo, que é “a procriação contra salário”, é constituído pelas famílias monoparentais — situação em que as mulheres assumem sozinhas a tarefa reprodutiva e a responsabilidade pelas crianças. Também aqui a apropriação privada das reprodutoras não é mais a condição necessária à reprodução.

Sabemos, naturalmente, que essas mudanças, assim como a maior parte dos traços correspondentes às transformações em curso no sistema de reprodução que retivemos aqui, dizem respeito às sociedades tecnologicamente mais avançadas. Entretanto, dados de alguns estudos recentes realizados em alguns países da América Latina apontam para a presença, também entre nós, de mudanças significativas no sistema de reprodução humana, do qual a crescente queda da fecundidade verificada nesses países constitui o aspecto mais facil-

18 A homologia estrutural dos dois processos permanece invisível porque, de um lado, existe uma certa defasagem entre ambos, e, de outro lado, porque as ideologias tendem a deixar por conta da “natureza” a fecundidade e mesmo as mulheres.

mente detectável. No Brasil, por exemplo, podemos citar: o aumento do número de divórcios, de uniões consensuais, de pessoas sozinhas, de mães solteiras, de famílias monoparentais, de liberdade sexual e de homossexualismo.¹⁹ Outros estudos indicam também que elas repercutem forte e rapidamente, ao menos entre as camadas médias e altas mais escolarizadas dos grandes centros urbanos, entre as quais o modelo ideológico “individualista-igualitário” de relacionamento amoroso é bastante difundido.²⁰ Em algum momento será necessário indagar em que medida elas interferem ou orientam, ainda que indiretamente, as práticas sexuais dos diferentes grupos sociais. De qualquer forma, acreditamos que o recurso a esses modelos pode ser extremamente útil a qualquer estudo que pretenda abordar o tema da sexualidade, seja em si mesmo, seja em relação à nupcialidade, aos papéis de gênero, às formas de união dos sexos, ao casamento, à família e ao relacionamento amoroso.

RESUMO

Sexualidade e Reprodução

Ao contrário do que se supõe ainda hoje, as sociedades organizam e intervêm nos diferentes momentos da seqüência do processo reprodutivo, desde

19 BERQUÓ E., e LOYOLA M.A., “União dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, ABEP, 1(1/2):35-98, jan./dez., 1984; BERQUÓ E. e CAVENAGHI S., 1988. “Oportunidades e fatalidades. Um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 1, Olinda, PE.; BERQUÓ E., OLIVEIRA M.C.F.A. de & CAVENAGHI S.M., 1990: *Arranjos Familiares “não-canônicos” no Brasil*. Apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu (MG); OLIVEIRA M.C.F.A. de & BERQUÓ E., 1988. *The Family in Brazil: Demographic analysis and Recent Trend*. Trabalho apresentado no Seminar Theories of Family Change, Committee on Family Demography and Life Course, IUSPP, Tokyo, Japan, dezembro; FRY P., 1982. “Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY P., *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar; BERQUÓ E., “A família no século XXI: um enfoque demográfico. In: *Revista Brasileira Estudos Populacionais*, São Paulo, V. 6, nº 2, p. 1-120, jul./dez., 1989.

20 Cf. LOYOLA M.A., SOARES B.M. e CORREA M.D.V., *Homogamia, representações e expectativas em torno do amor e do casamento e reprodução social*. Rio de Janeiro, em especial a parte referente a “Observações sobre o *ethos* amoroso do grupo estudado, de Bárbara Musumeci Soares, IMS, 1988 (mimeo). Relatório de Atividades apresentado à ABEP; SALEM T., “O casal igualitário: princípios e impasses”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 9, 1989.

a organização social do coito, da gravidez, do parto e da amamentação, ao número e à socialização das crianças, sendo todo momento da seqüência reprodutiva um terreno possível de decisão, de gestão e de conflito. Os aspectos que comandam a organização desses diferentes momentos estão relacionados com as formas de organização social, a divisão sexual do trabalho, os sistemas de representação e, em particular, as concepções acerca das formas das relações entre os sexos. Dependendo da configuração desses aspectos num dado momento, é possível falar em diferentes sistemas ou diferentes modelos de reprodução. Discutem-se aqui algumas hipóteses sobre a construção, enquanto tipo ideais, desses modelos.

ABSTRACT

Sexuality and Reproduction

Contrary to what many suppose even today, societies organize and intervene in different moments of the sequence of the reproductive process, from the social organization of coitus, pregnancy, childbirth, and nursing the number and to child education. Every moment of the reproductive sequence offers an opportunity for decision-making, management, and conflict. The factors that govern the organization of these different moments are related to forms of social organization, the sexual division of labor, systems of representation, and, especially, conceptions regarding the forms of relations between the sexes. Depending on the configuration of these factors at any given moment, we may even speak in terms of different systems or different models of reproduction. The paper discusses some hypotheses on the construction of such models, as ideal types.

RESUME

Sexualité et Reproduction

Contrairement à ce qu'on croit encore de nos iours, les sociétés assument un rôle d'organisation et d'intervention à chacun des différents moments qui constituent la séquence du processus de reproduction, depuis l'organisation sociale du coït, de la grossesse, de l'accouchement et de l'allaitement jusqu'au nombre et à la socialisation des enfants. Chaque moment de la séquence reproductrice offre un terrain possible de décision, de gestion et de conflit. Les

aspects qui déterminent l'organisation de ces différents moments sont liés aux formes d'organisation sociale, à la division sexuelle du travail, aux systèmes de représentation et, en particulier, aux conceptions ayant trait aux formes de rapports entre les sexes. Selon la configuration que ces aspects assument à un moment donné, on peut vraiment parler de l'existence de différents systèmes ou de différents modèles de reproduction. L'auteur analyse ici quelques unes des hypothèses ayant trait à construction de ces modèles en tant que types idéaux.

